

# RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

**CNI** Confederação  
Nacional  
da Indústria



## 1. INVESTIMENTOS

### 1.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União

Em 2026, a dotação total autorizada registrada no Siga Brasil para o Orçamento da União foi de aproximadamente R\$ 6,4 trilhões, conforme consulta em junho de 2026. Deste valor, aproximadamente R\$ 80,7 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 1,3% do orçamento total.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes deteve o segundo maior

orçamento de investimentos com R\$ 13,3 bilhões, o que representou 16% da dotação total. O Ministério de Portos e Aeroportos tem orçamento de investimentos de R\$ 751 milhões.

Do orçamento de investimentos da União para 2026 (R\$ 80,7 bilhões), foram empenhados R\$ 35,5 bilhões, cerca de 44% da dotação autorizada até o fim de maio. No mesmo período foram liquidados do orçamento R\$ 10,4 bilhões e pagos R\$ 9,6 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, somaram R\$ 25,2 bilhões.

**Tabela 1 - Execução Orçamentária da União - OGU 2026 Investimentos - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 02/06/2026 (R\$ milhões)

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	TOTAL PAGO (f=d+e)	RP a pagar
Ministério dos Transportes	13.263	9.201	69,4%	3.023	22,8%	2.648	20,0%	2.252	4.900	2.273
Ministério da Saúde	14.266	5.729	40,2%	1.705	12,0%	1.607	11,3%	2.176	3.783	11.672
Ministério da Defesa	10.242	3.782	36,9%	586	5,7%	519	5,1%	1.594	2.113	3.381
Ministério da Fazenda	650	168	25,9%	5	0,8%	4	0,5%	65	69	288
Ministério da Educação	7.590	2.306	30,4%	651	8,6%	612	8,1%	2.244	2.856	6.905
Ministério das Cidades	5.951	2.522	42,4%	252	4,2%	241	4,0%	1.303	1.544	9.340
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	8.210	3.317	40,4%	424	5,2%	405	4,9%	2.349	2.754	15.321
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3.261	1.543	47,3%	81	2,5%	75	2,3%	545	619	2.156
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.966	1.397	47,09%	604	20,37%	491	16,57%	598	1.089	315
Ministério da Agricultura e Pecuária	1.291	655	50,7%	29	2,3%	28	2,2%	899	928	3.480
Ministério de Portos e Aeroportos	751	392	52,2%	43	5,7%	35	4,6%	119	154	297
Ministério do Esporte	582	178	30,7%	10	1,7%	10	1,6%	164	174	1.600
Outros*	11.690	4.257	36,4%	2.943	25,2%	2.932	25,1%	1.281	4.212	5.324
Total	80.713	35.447	43,9%	10.357	12,8%	9.605	11,9%	15.590	25.195	62.352

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.

\*Inclui: Ministério da Cultura; Justiça Federal; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Justiça Eleitoral; Câmara dos Deputados; Justiça do Trabalho; Ministério das Comunicações; Ministério Público da União; Presidência da República; Ministério de Minas e Energia; Superior Tribunal de Justiça; Ministério das Mulheres; Senado Federal; Tribunal de Contas da União; Banco Central do Brasil - Bacen; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério da Previdência Social; Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério das Relações Exteriores; Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Ministério dos Povos Indígenas; Advocacia-Geral da União; Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério da Igualdade Racial; Ministério do Trabalho e Emprego; Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Supremo Tribunal Federal; Justiça Militar da União; Controladoria-Geral da União; Conselho Nacional de Justiça; Ministério Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Defensoria Pública da União; Conselho Nacional do Ministério Público e Gabinete da Vice-Presidência da República.

## 1.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos

Do montante de R\$ 13,2 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2026, foram empenhados até o fim de maio, cerca de R\$ 9,6 bilhões (68% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 3,1 bilhões. Até o fim de maio, os valores pagos do orçamento foram de cerca de R\$ 2,7 milhões e o total desembolsado (incluindo os restos a pagar pagos) foi de R\$ 5,1 bilhões.

No que diz respeito ao Ministério de Portos e Aeroportos, do montante de R\$ 751 milhões autorizado para investimentos em 2026, até o fim de maio foram empenhados R\$ 392 milhões, liquidados e pagos R\$ 10 milhões.

Dos R\$ 14 bilhões de investimentos autorizados para o Ministério dos Transportes (R\$ 13,3 bilhões) e para o Ministério de Portos e Aeroportos (R\$ 751 milhões), aproximadamente 83% (R\$ 11,6 bilhões) foram destinados ao setor rodoviário. O restante foi dividido entre os setores ferroviário (R\$ 411 milhões), aquaviário (R\$ 471 milhões), aeroportuário (R\$ 259 milhões) e outros (R\$ 1,3 bilhões).

**Tabela 2 - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos – OGU 2026 Investimentos - Por Modalidade**

Valores em final de período - atualizados até 02/06/2026 (R\$ milhões)

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar (e)	Pagos (f)	TOTAL PAGO (f=d+e)	RP a pagar
Aeroportuário	259	140	54%	5	2%	4	2%	20	24	24	241
Ferroviano	411	79	19%	4	1%	3	1%	71	75	75	244
Aquaviário	471	247	53%	36	8%	29	6%	82	112	112	71
Rodoviário	11.585	8.578	74%	2.663	23%	2.291	20%	2.051	4.342	4.342	1.708
Outros	1.288	548	43%	357	28%	354	27%	146	500	500	306
Total	14.014	9.593	68%	3.066	22%	2.683	19%	2.371	5.054	5.054	2.571

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.

Nota: Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

A União inscreveu em 2026, aproximadamente, R\$ 8,1 bilhões de restos a pagar processados. Deste valor, o Ministério dos Transportes inscreveu cerca de R\$ 159 milhões.

Em relação aos restos a pagar não-processados, a União inscreveu, em 2026, R\$ 70,4 bilhões. O Ministério dos Transportes teve R\$ 4,4 bilhões inscritos e o Ministério de Portos e Aeroportos R\$ 439 milhões.

Do volume total de restos a pagar inscritos pela União, os pagamentos até o fim de maio de 2026 corresponderam a 20% do total inscrito, excluídos os cancelamentos.

O Ministério dos Transportes pagou até o fim de fevereiro 50% do valor que inscreveu para 2026. O Ministério de Portos e Aeroportos pagou 29% do seu total inscrito.

**Tabela 3 - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2026**

Restos a Pagar Processados - Valores em final do período - atualizados até 02/06/2026 (R\$ milhões)

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Ministério dos Transportes	159	0	131	29
Ministério de Portos e Aeroportos	1	0	1	0
União	8.072	127	2.282	5.663

Restos a Pagar Não-Processados - Valores em final do período - atualizados até 02/06/2026 (R\$ milhões)

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Ministério dos Transportes	4.404	38	2.121	2.245
Ministério de Portos e Aeroportos	439	25	117	297
União	70.418	422	13.307	56.690

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.

Nota: Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

### 1.3. Execução do Orçamento das Estatais (MPO)

Até o 2º bimestre de 2026, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotações autorizadas para investimentos no valor de R\$198 bilhões. Foram executados até 2º bimestre, investimentos no valor de R\$ 37 bilhões, equivalentes a 19% da dotação autorizada. Esse valor foi 12% superior ao desembolsado em 2025 (até o primeiro bimestre = R\$ 32,8 bilhões), em valores correntes.

Em relação às estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, as dotações de investimentos para 2026 foram de, aproximadamente, R\$ 177,5 bilhões. As despesas totais realizadas,

de janeiro a abril de 2026, foram cerca de R\$ 33,7 bilhões, o que representou execução de 19% do autorizado e 90% do total executado pelo conjunto das estatais.

Entre as empresas, o Grupo Petrobras concentrou 97,9% da dotação autorizada para as estatais em 2026 e respondeu por 99,2% da despesa realizada até o 2º bimestre de 2026 com o total de R\$ 33,5 bilhões (execução de 19,1% de sua dotação).

Os investimentos realizados pelas empresas estatais até o segundo bimestre de 2026 aumentaram em relação às aplicações no mesmo período em 2025. O Grupo Petrobras foi o principal responsável por essa elevação, tendo aumentado os seus investimentos efetivamente realizados de R\$ 30 bilhões para R\$ 33,5 bilhões, se comparados os dispêndios de janeiro a fevereiro de 2025 com o mesmo período em 2026.

Tabela 4 - Execução do Orçamento das Estatais (MPO) R\$ milhões

Por órgão	Dotação	Despesa realizada até 2º bim.	Por subfunção	Dotação	Despesa realizada até 2º bim.
Ministério de Minas e Energia	177.467	33.664	Produção Industrial	171	13
Ministério de Portos e Aeroportos	2.098	94	Energia Elétrica	3.651	336
Ministério das Comunicações	2.065	39	Combustíveis Minerais	166.337	32.825
Outros	16.362	3.474	Transporte Aéreo	543	51
Total	197.991	37.270	Transporte Rodoviário	0	0
			Transporte Hidroviário	1.529	71
			Transportes Especiais	3.526	132

Por função	Dotação	Despesa realizada até 2º bim.	Por unidade	Dotação	Despesa realizada até 2º bim.
Indústria	145	11	Grupo ENBPar	1.638	165
Comunicações	2.065	39	Grupo Petrobras	175.817	33.499
Energia	177.467	33.664	Cias DOCAS	1.595	49
Transporte	2.098	94	Infraero	502	45
			Nav Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A *	62	7

Fonte: Portaria dos Investimentos das Empresas Estatais, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

\*Aprovada a sua criação, por meio da Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, e pelo Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020, a NAV Brasil foi, finalmente, constituída em 30 de maio de 2021, a partir da cisão da Infraero, de quem recebeu todos os elementos ativos e passivos relacionados com a prestação de serviços de navegação aérea, incluídos os empregados e os acervos técnico, bibliográfico e documental. Somente em 2022 passou a fazer parte da publicação da portaria dos investimentos das empresas estatais. A NAV foi incluída pela primeira vez nos investimentos das estatais na Portaria 2.750, de 29 de março de 2022.



## 2. ENERGIA ELÉTRICA

### 2.1. Geração de Energia Elétrica (CCEE)

Em março de 2026, a geração de energia elétrica no sistema interligado nacional registrou 69 GW médios, valor 2% inferior ao verificado em março de 2025.

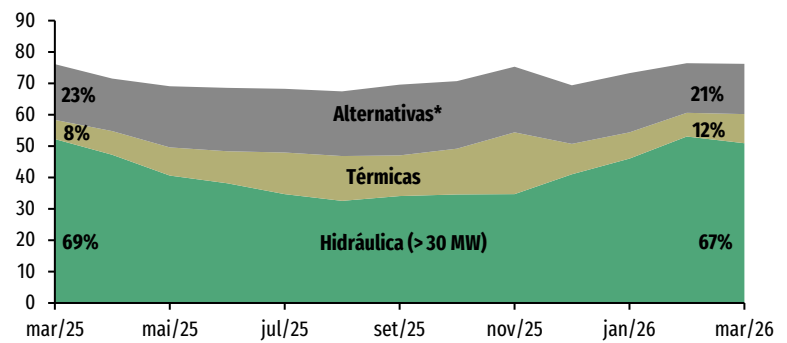
A fonte com maior participação foi a hidráulica em usinas com capacidade de geração superior a 30 MW médios (59% do total). A fonte de geração de energia que apresentou o maior crescimento em comparação ao mesmo mês do ano anterior foi a térmica (51%).

Tabela 5 - Geração de Energia por Fonte (MW médio)

Fonte	Março 2025	Março 2026	Variação % mar/2026-mar/2025	Participação % 2026
Hidráulica (>30 MW)	43.685	41.041	-6%	59%
Térmica	7.662	9.676	26%	14%
Eólica	12.310	11.255	-9%	16%
PCH e CGH	3.621	3.100	-14%	4%
Fotovoltaica	3.710	4.393	18%	6%
Total	70.989	69.465	-2%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

Gráfico 1 - Evolução da Geração de Energia por Fonte (GW médio)



Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

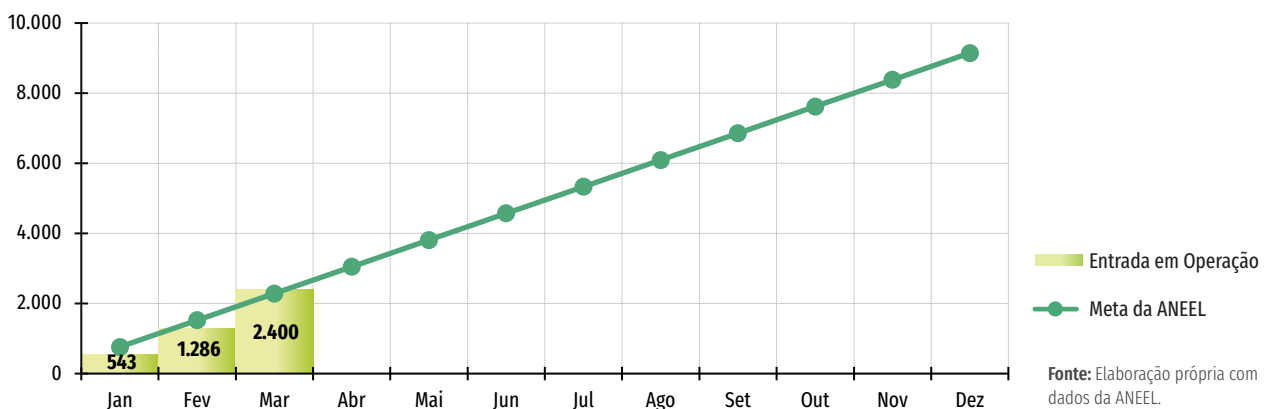
\*Geração eólica, fotovoltaica, PCHs e CGHs.

### 2.2. Expansão da Capacidade de Geração de Energia Elétrica (ANEEL)

O gráfico apresentado a seguir ilustra a expansão acumulada da capacidade geradora no sistema interligado nacional

ao longo do ano corrente. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

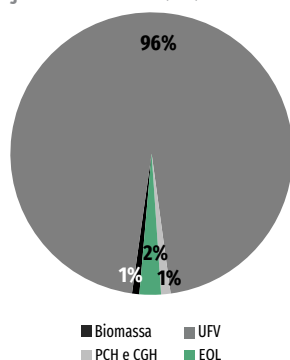
Gráfico 2 - Expansão Acumulada da Capacidade de Geração de Energia Elétrica em 2026 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Entre janeiro e março de 2026, entraram em operação 28 usinas com um total de 2400 MW de potência instalada. Desse total, as usinas eólicas (EOLs) responderam por 59 MW, as termelétricas a combustíveis fósseis (UTES) por 0 MW, as usinas à biomassa por 20 MW, as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) por 26 MW e as centrais geradoras fotovoltaicas (UFV) por 2295 MW.

**Gráfico 3 - Expansão Acumulada da Capacidade Instalada por Tipo de Geração em 2026 (%)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

\* Inclui UTES a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

## 2.2.1. Previsão da Expansão da Capacidade de Geração de Energia Elétrica

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 1,0% ao ano na capacidade total de geração elétrica do país, considerando o período entre o início de 2026 e o final de 2030.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 25 GW no período 2026-2030. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 2,2% ao ano.

**Tabela 6 - Previsão para Entrada em Operação (em MW) até 2030\***

### Fontes Alternativas

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	6.360	1.258	92	27	6	7.743
Otimista	6.360	5.952	3.517	3.961	2.105	21.895

### Usinas Termelétricas Fósseis

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	2.777	650	3	0	0	3.430
Otimista	2.777	650	3	0	49	3.479

### Somatório Fontes Alternativas e Fósseis

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	9.137	1.908	95	27	6	11.173
Otimista	9.137	6.602	3.520	3.961	2.154	25.374

Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Nota: Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

Estão inclusos em fontes alternativas, 50 MW referentes à entrada de UHes.

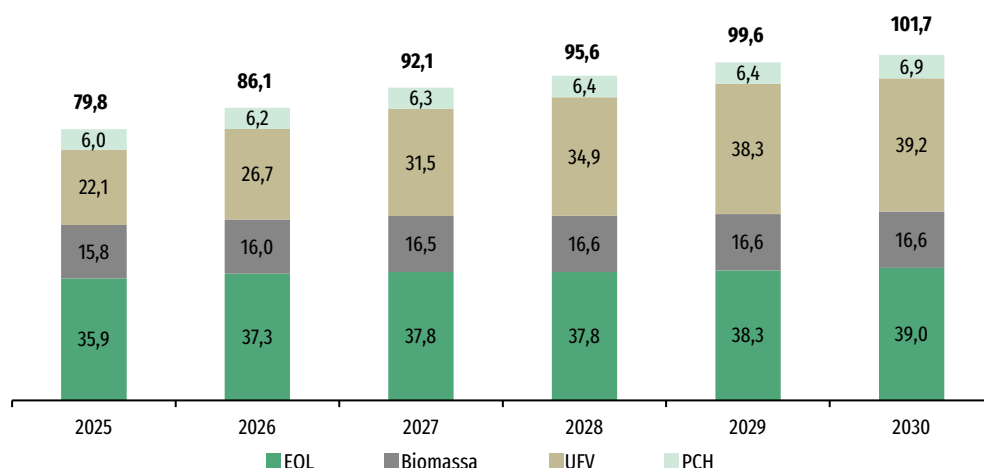
\*A previsão para 2025 equivale àquela definida em 31/12/2024 para os doze meses subsequentes.

Entre 2026 e 2030, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 2% da capacidade instalada no Brasil de usinas térmicas (UTES). Mesmo com a expansão prevista, a participação na capacidade total instalada das UTES deve ser mantida em cerca de 14% (desconsiderando as centrais nucleares) até 2030. As usinas hidrelétricas devem reduzir a sua participação na matriz elétrica nacional de 48%, no início de 2026, para 48%, no final de 2030.

Ao final de 2026, as fontes de energia alternativas corresponderam a 36% da capacidade instalada total. A participação das usinas térmicas a biomassa foi de 7% e, pela previsão conservadora, o percentual deve ser mantido até 2030. No caso das usinas eólicas (EOL), a previsão é que a participação dessa fonte na capacidade instalada suba para 16%, enquanto na participação das usinas solares fotovoltaicas estima-se um aumento de 12% para 12%. A participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% até 2030.

A previsão otimista para a expansão da geração das fontes de energia alternativa é que a participação atinja, até 2030, 41% da capacidade instalada do País. As usinas solares fotovoltaicas (UFV) possuem a maior previsão de aumento da capacidade instalada, com um crescimento de 47%. Em segundo lugar ficam as usinas eólicas, com previsão de 4% de aumento de capacidade.

Gráfico 4 - Previsão da Capacidade Instalada ao Final de Cada Ano - Fontes Alternativas (GW) Cenário Otimista



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.  
Nota: Em 2025, Capacidade Instalada em 31/12/2025.

## 2.2.2. Expansão da Geração Distribuída

A geração distribuída pode ser definida como uma fonte de energia elétrica conectada diretamente à rede de distribuição ou situada junto ao próprio consumidor. Em março de 2026, entraram em operação 608 MW de

potência instalada em geração distribuída, valor -29% inferior ao observado no mesmo mês de 2025.

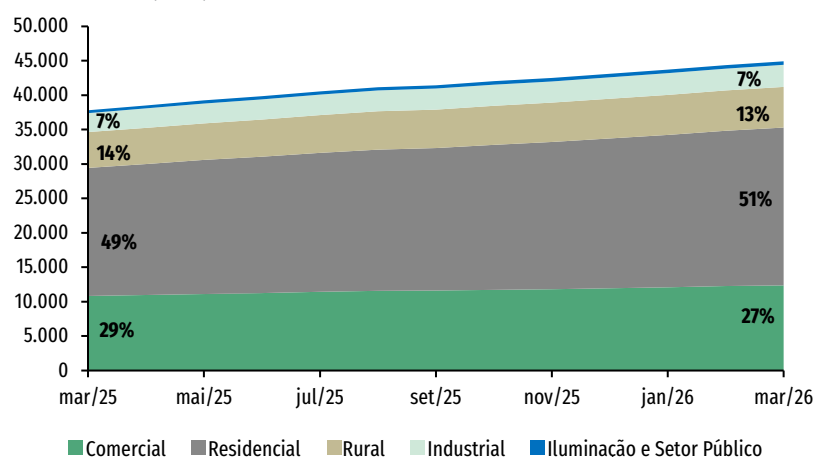
A potência instalada em geração distribuída, em março de 2026, foi de 44.980 MW, valor 19% superior ao verificado em março de 2025. O setor industrial representa 7% (3210 MW) do total da potência instalada em março de 2026.

Tabela 7 - Acréscimo de Potência Instalada em Geração Distribuída (MW)

Classe	Março 2025	Março 2026	Variação % mar/2026-mar/2025
Residencial	458,5	392,1	-14%
Comercial	240,7	133,79	-44%
Rural	85,6	49,8	-42%
Industrial	52,5	24,7	-53%
Iluminação e Poder Público	12,7	7,3	-43%
Total	850,0	607,7	-29%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Gráfico 5 - Evolução da Potência Instalada da Geração Distribuída - Acumulado (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

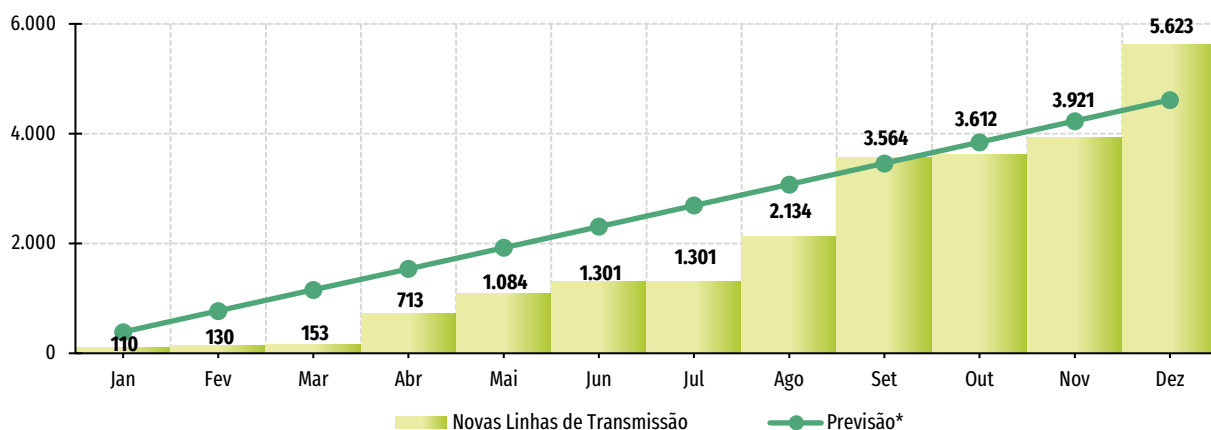
Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

## 2.3. Expansão das Linhas de Transmissão (MME)

Em dezembro de 2025, entraram em operação 1.702 novos km de linhas de transmissão. De acordo com a previsão do Ministério de Minas e Energia, a expectativa para o ano de 2025 é de 4,6 mil km de novas linhas de transmissão em operação no país. Para 2026, são previstos 4,1 mil km de novas linhas de transmissão.

As linhas de transmissão se dividem por classes de tensão que podem utilizar a rede elétrica. Do total de novas linhas que entraram em operação até dezembro de 2025, 598 km foram da classe de tensão de 230 kV, 69 km foram da classe de tensão de 345 kV, 0 km foram da classe de tensão de 440 kV, e 4956 km foram da classe de tensão de 500/525 kV.

Gráfico 6 - Entrada em Operação de Novas Linhas de Transmissão (km) - Acumulado



Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

Nota: \*Considera a previsão divulgada pelo Ministério de Minas e Energia em janeiro 2025.

## 2.4. Energia Armazenada Verificada (ONS)

Em março de 2026, quatro das cinco regiões apresentaram nível de energia armazenada nos reservatórios inferior ao verificado no mesmo mês do ano anterior. A região Sul apresentou reservatórios com o nível de 31,6%, 7,9 pontos percentuais abaixo do verificado no mesmo mês de 2025. A região Nordeste foi a que apresentou o maior incremento no nível dos reservatórios na comparação com março de 2025.

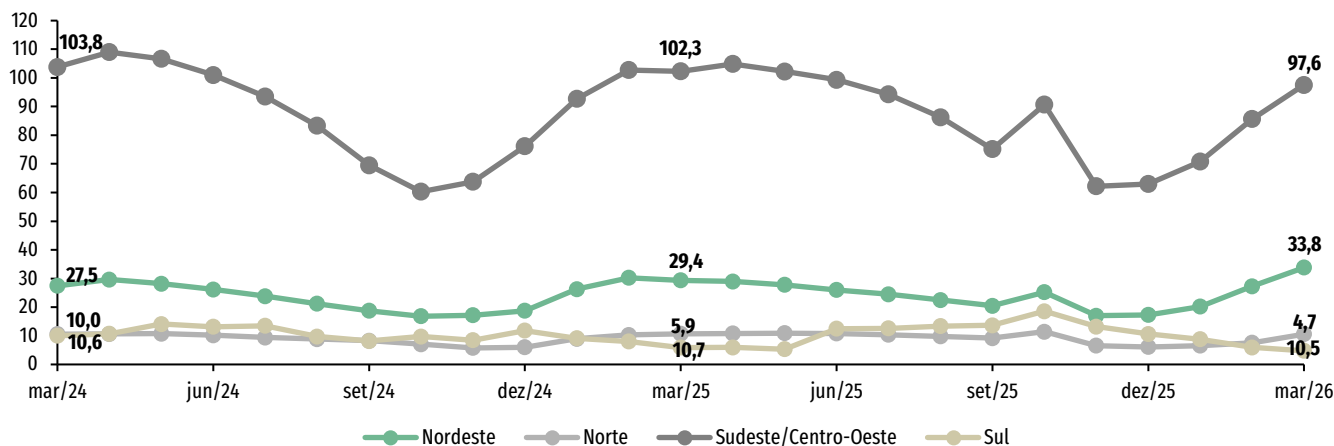
Em março de 2026, os reservatórios brasileiros apresentaram um nível equivalente a 146.652 GWh de energia armazenada, valor 1% inferior ao observado para o mesmo mês no ano anterior. As regiões Sudeste/Centro-Oeste tiveram 97.560 GWh armazenados, valor 5% inferior ao observado em março de 2025.

Tabela 8 - Nível de Armazenagem Verificada nos Reservatórios (%)

Subsistema	Março 2025	Março 2026	Varição % mar/2026-mar/2025
Nordeste	78%	90%	11,8
Norte	96%	94%	-1,6
Sudeste/Centro-Oeste	68%	65%	-3,2
Sul	39%	32%	-7,9

Fonte: Elaboração própria com dados do O.N.S.

Gráfico 7 - Energia Armazenada Verificada nos Reservatórios (milhares de GWh)



Fonte: Elaboração própria com dados do O.N.S.

## 2.5. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O consumo no mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em março de 2026, 50 mil GWh, apresentando um valor 0,8% superior ao observado em março de 2025.

O consumidor cativo é o consumidor ao qual só é permitido comprar energia da distribuidora detentora da concessão ou permissão na área onde se localizam as instalações do “acessante”. Já aquele que consumia carga igual ou maior que 3.000 kW era considerado consumidor livre e podia optar por contratar seu fornecimento de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do sistema interligado. Essa limitação reduziu-se posteriormente, dando margem a maior abertura do mercado.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 16,9 mil GWh, valor 1% superior ao observado no mesmo mês de 2025, e representou 34% do total da energia elétrica consumida em março de 2026.

Em março de 2026, o setor industrial que teve maior crescimento no consumo de energia elétrica foi o de extração de minerais metálicos, apresentando um aumento de 9,1% no consumo de energia na comparação com o mesmo mês de 2025.

Tabela 9 - Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Março 2025	Março 2026	Variação % mar/2026-mar/2025
Residencial	16.195	16.153	-0,3%
Industrial	16.700	16.905	1,2%
Comercial	9.147	9.584	4,8%
Outras	7.149	6.949	-2,8%
Total	49.191	49.591	0,8%

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Tabela 10 - Consumo de Energia Elétrica por Setor (GWh)

Setor	Março 2025	Março 2026	Variação % mar/2026-mar/2025	Variação % mar/2026
Metalúrgico	4.359	4.091	-6%	24%
Outros	2.655	2.705	2%	16%
Produtos Alimentícios	2.321	2.451	6%	15%
Químico	1.587	1.572	-1%	9%
Produtos Minerais e não-metálicos	1.219	1.268	4,0%	8%
Extração de minerais metálicos	1.286	1.403	9%	8%
Borracha e Material Plástico	985	1.031	5%	6%
Papel e Celulose	818	845	3%	5%
Automotivo	585	625	7%	4%
Têxtil	518	541	4%	3%
Produtos Metálicos*	367	372	1%	2%
Total	16.700	16.905	1%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Nota: \*Exceto máquinas e equipamentos.

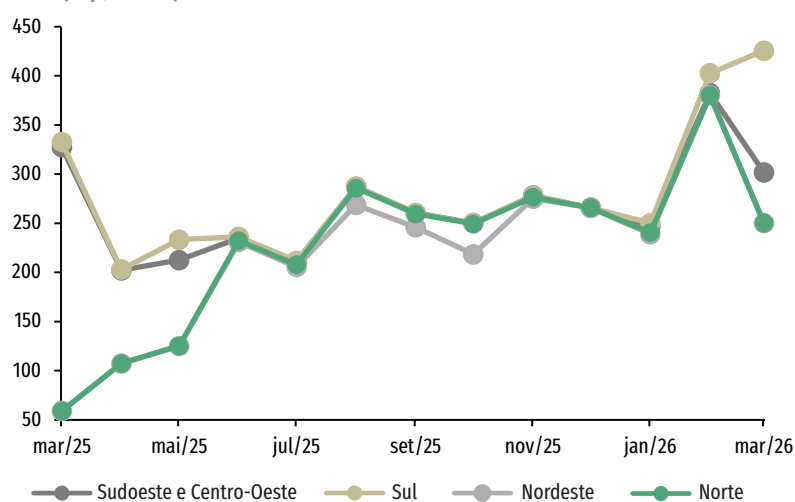
## 2.6. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado.

Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as regiões.

Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, o PLD observado, em março de 2026, foi de R\$ 302/MWh, valor 8% inferior ao registrado no mesmo mês de 2025. Para a região Sul, o PLD registrou o valor de R\$ 426/MWh, apresentando um aumento de 28% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A região Nordeste registrou o valor de R\$ 250/MWh, apresentando um aumento de 325% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já a região Norte apresentou o PLD em R\$ 250/MWh, um crescimento de 325% comparado com março de 2025.

Gráfico 8 - Média Mensal do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)



Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.



## 2.7. Indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica

A continuidade do fornecimento de energia é acompanhada pela ANEEL por meio da Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e da Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC). Os indicadores DEC e FEC são divulgados por meio de subdivisões das distribuidoras, denominadas conjuntos de unidades consumidoras.

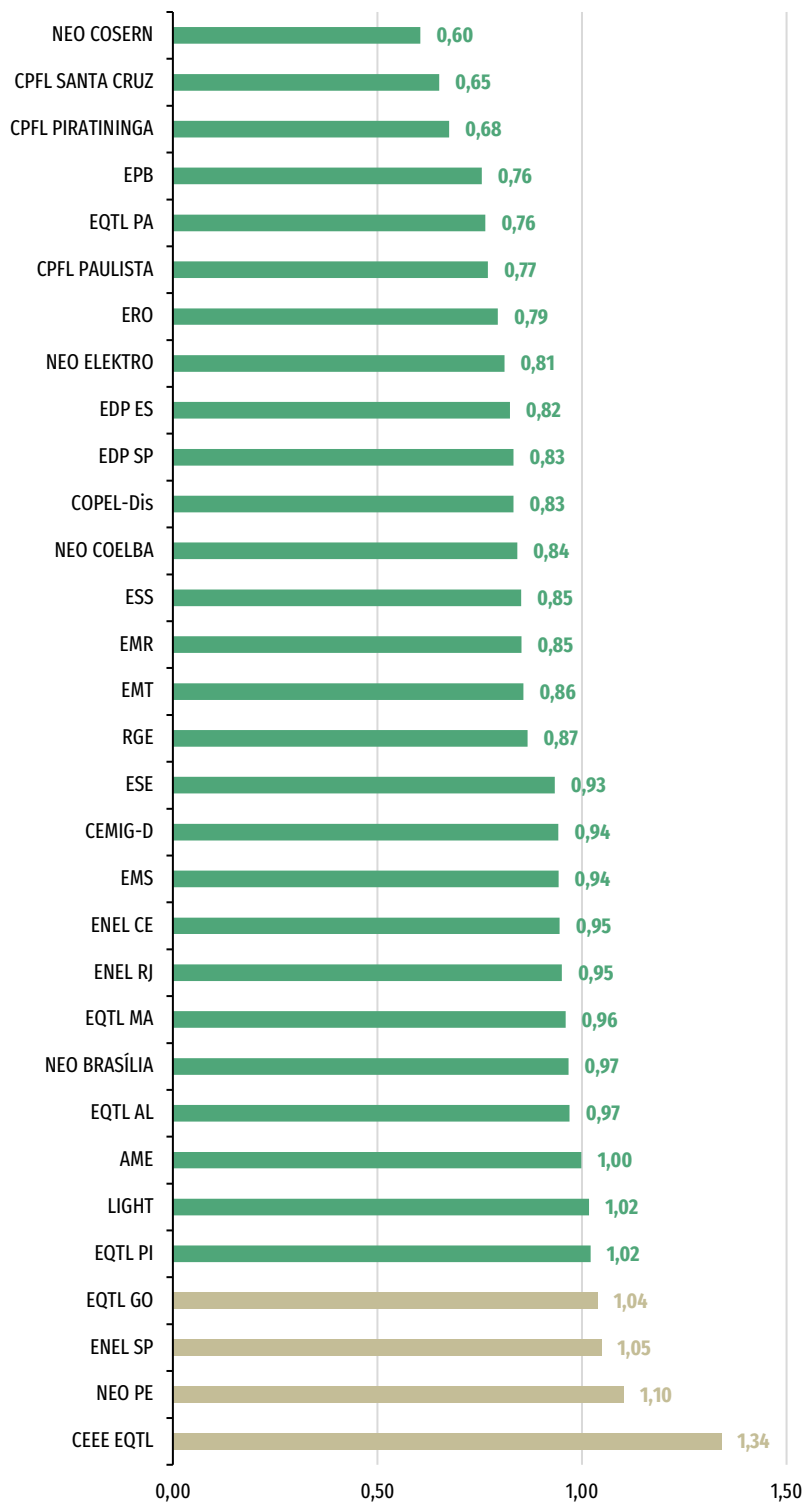
### 2.7.1. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC)

O DEC é um indicador elaborado pela ANEEL que mede o tempo médio, em horas, que cada conjunto de unidades consumidoras ficou sem energia elétrica em um determinado mês.

O DEC/Limite compara o valor do DEC observado com o limite estabelecido pela ANEEL. Esse índice permite avaliar se a distribuidora está dentro do padrão exigido (menor ou igual um) ou se excedeu (maior que um) o tempo máximo de interrupção determinado pela ANEEL.

Em março, a distribuidora NEO COSERN foi a que apresentou o melhor desempenho em termos de tempo médio de interrupção no fornecimento de energia, com um DEC de 0,60, seguida pela CPFL SANTA CRUZ (0,65) e pela CPFL PIRATININGA (0,68), respectivamente.

Gráfico 9 - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora em relação ao Limite Estabelecido pela ANEEL (DEC/Limite) - mar/26



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.  
A apuração desses indicadores considera interrupções com duração maior ou igual a 3 minutos.

## 2.7.2. Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC)

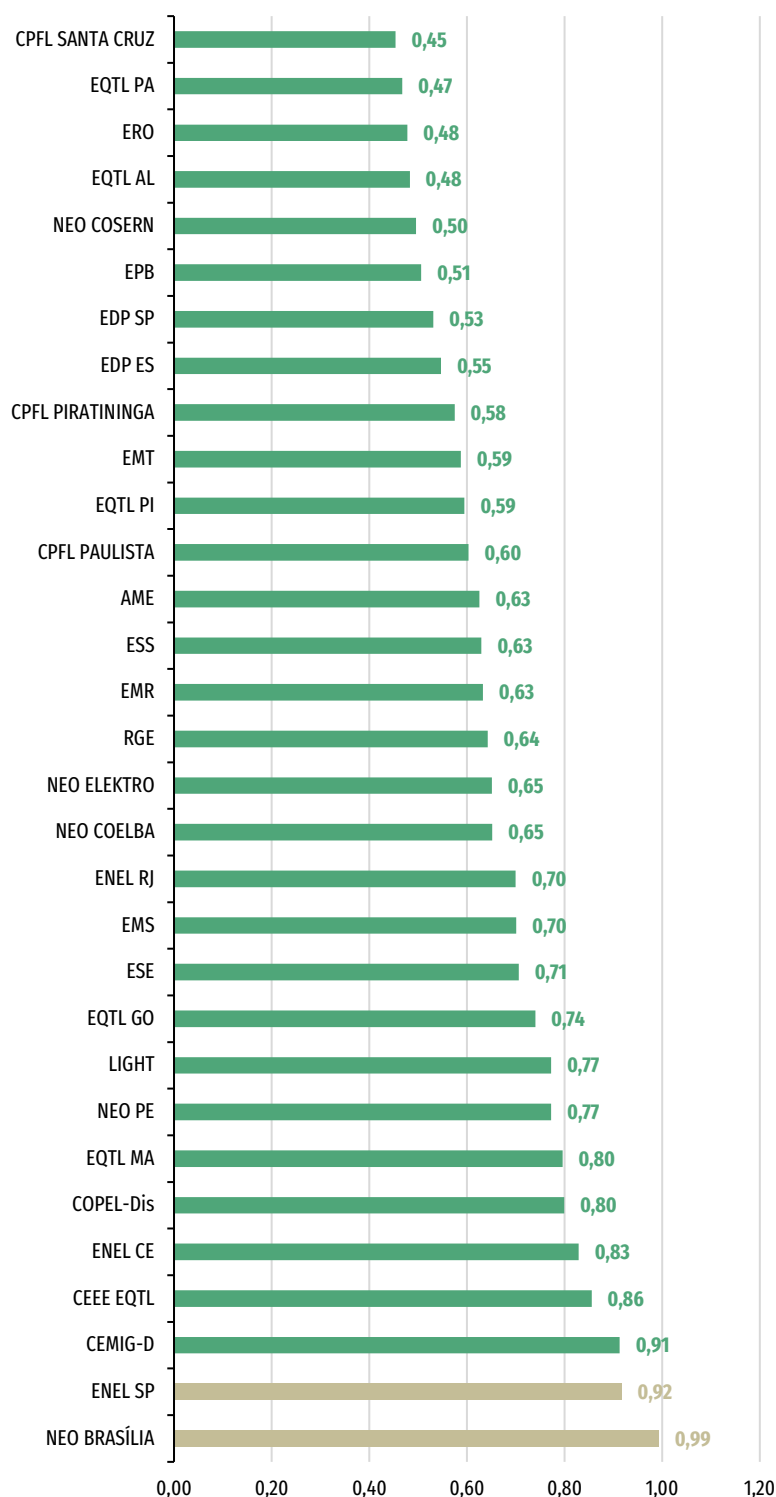
O indicador FEC é estabelecido pela ANEEL e mede a quantidade média de vezes que cada conjunto de unidades consumidoras sofreu interrupção no fornecimento de energia elétrica em um determinado período.

O FEC/Limite compara o valor do FEC observado com o limite definido pela ANEEL. Assim como no caso do DEC/Limite, esse índice mostra se a frequência de interrupções está dentro do padrão estabelecido pela ANEEL (menor ou igual um) ou se foi ultrapassado (maior que um).

Em março, a CPFL SANTA CRUZ foi a distribuidora que apresentou o melhor desempenho em termos de frequência média de interrupção no fornecimento de energia, com um FEC de 0,45, seguida pela EQTL PA (0,47) e pela EQTL AL (0,48).

Entre março de 2025 e março de 2026, a duração média das interrupções no Brasil foi de 9 horas e 16 minutos. Por sua vez, a quantidade média de interrupções atingiu 4,60.

Gráfico 10 - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora em relação ao Limite Estabelecido pela ANEEL (FEC/Limite) - mar/26



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.  
A apuração desses indicadores considera interrupções com duração maior ou igual a 3 minutos.



## 3. PETRÓLEO

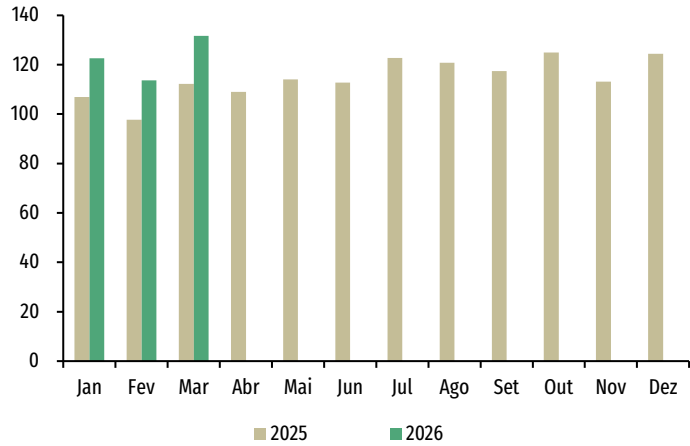
### 3.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de março de 2026, foi de 132 milhões de barris de petróleo, equivalente (1 bep equivale a 0,16 m<sup>3</sup>), volume 17% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior.

O grau API (escala que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo produzido em março de 2026 foi de 28,2°, sendo que 3,2% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 88,9% considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 7,9% considerada óleo pesado (menor que 22°API).

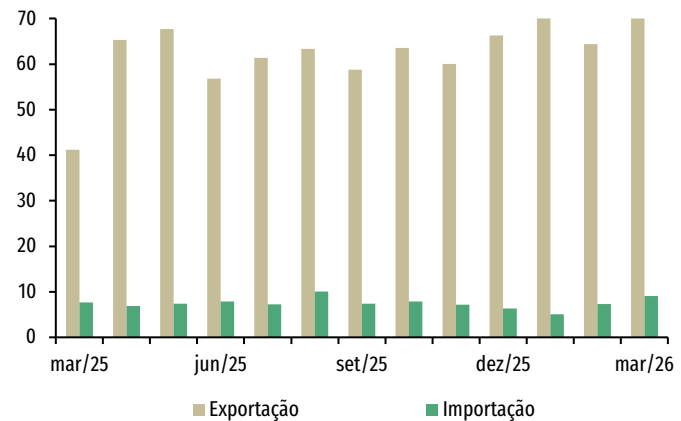
De acordo com a ANP, em março de 2026, cerca de 98% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

Gráfico 11 - Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 12 - Exportação vs. Importação de Petróleo (milhões bep)



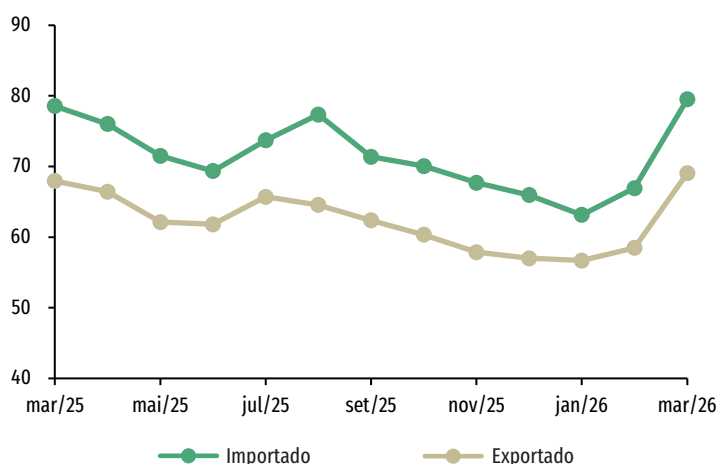
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



O volume de petróleo exportado pelo país, em março de 2026, foi de 72,4 milhões bep, volume 76% superior ao exportado em março de 2025. Já a importação de petróleo foi de 9,1 milhões bep, volume 18% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. O consumo aparente de petróleo alcançou 68,3 milhões bep.

O preço médio do petróleo importado pelo país, em março de 2026, foi de US\$ 80/barril, valor 1,2% superior ao observado em março de 2025.

Gráfico 13 - Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Tabela 11 - Produção e Comércio Exterior de Petróleo (milhões bep)

Petróleo	Março 2025	Março 2026	Variação % mar/2026-mar/2025
Produção de Petróleo (a)	112,2	131,7	17%
Importação de Petróleo (b)	7,7	9,1	18%
Exportação de Petróleo (c)	41,2	72,4	76%
Consumo Aparente (d)=(a+b-c)	78,7	68,3	-13%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



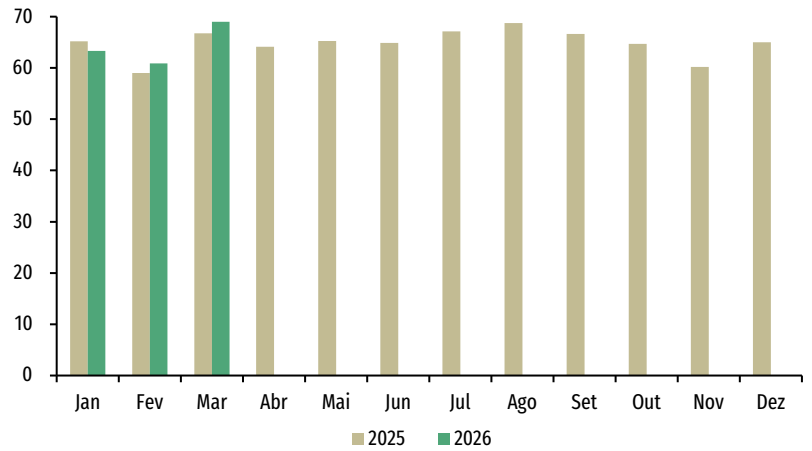
### 3.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em março de 2026, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 69 milhões bep, volume 3% superior ao produzido em março de 2025.

A importação de derivados de petróleo, em março de 2026, foi de 18 milhões bep, valor 3% inferior ao registrado em março do ano anterior. No que diz respeito à exportação de derivados de petróleo, em março de 2026 foi constatado um total de 16 milhões bep, o que representa um volume 37% superior ao observado no mesmo mês de 2025.

Em março de 2026, a dependência externa de derivados do petróleo foi de 3% em relação a um consumo aparente de 71 milhões bep.

Gráfico 14 - Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 15 - Importação e Exportação de Nafta (mil m<sup>3</sup>)

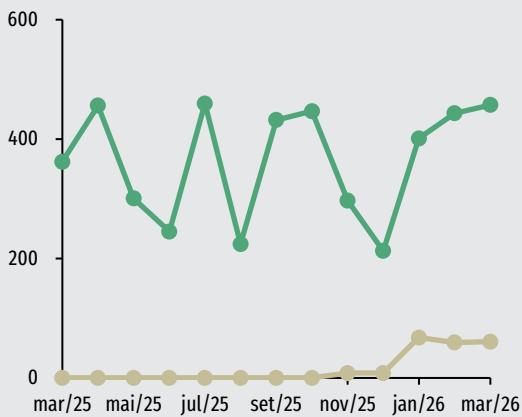


Gráfico 16 - Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m<sup>3</sup>)

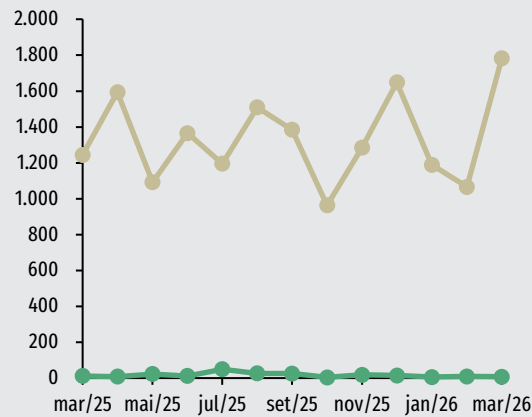


Gráfico 17 - Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m<sup>3</sup>)

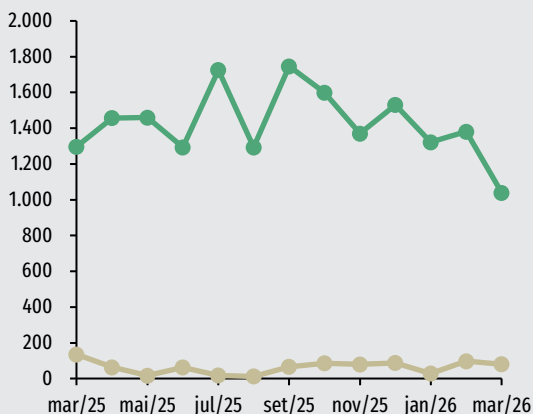
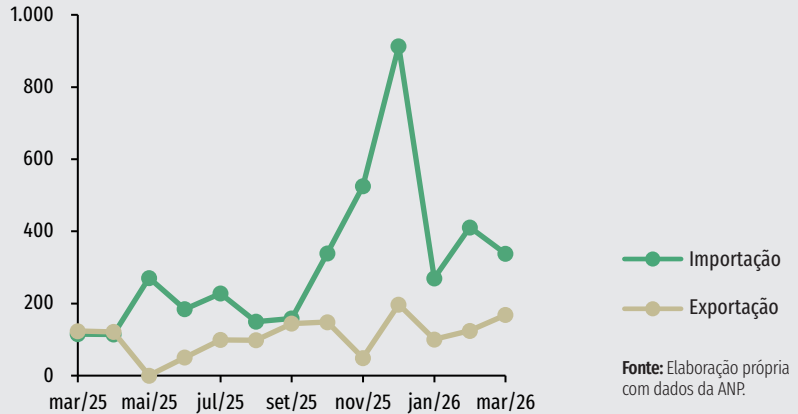


Gráfico 18 - Importação e Exportação de Gasolina (mil m<sup>3</sup>)



● Importação  
● Exportação

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Tabela 12 - Produção e Comércio Exterior de Derivados de Petróleo (em milhões de bep)

Derivados	Março 2025	Março 2026	Variação % mar/2026-mar/2025
Produção de Derivados (a)	66,8	69,0	3%
Importação de Derivados (b)	18,3	17,7	-3%
Exportação de Derivados (c)	11,5	15,9	37%
Consumo Aparente (d)=(a+b-c)	73,5	70,9	-4%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 3.3. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em março de 2026, apresentou saldo positivo de US\$ 4.057 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 4.057 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi positivo em US\$ 1.844 milhões FOB.

Tabela 13 - Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhões US\$ FOB)

	Março 2025	Março 2026	Variação % mar/2026-mar/2025
<b>Petróleo</b>			
Receita com exportação (a)	2.799	4.998	79%
Dispêndio com importação (b)	603	720	19%
Balança Comercial (c)=(a-b)	2.196	4.278	
<b>Derivados</b>			
Receita com exportação (d)	959	1.309	37%
Dispêndio com importação (e)	1.311	1.530	17%
Balança Comercial (f)=(d-e)	-352	-221	
<b>Petróleo e Derivados</b>			
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	3.757	6.307	68%
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.914	2.250	18%
Balança Total (i)=(g)-(h)	1.844	4.057	

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.





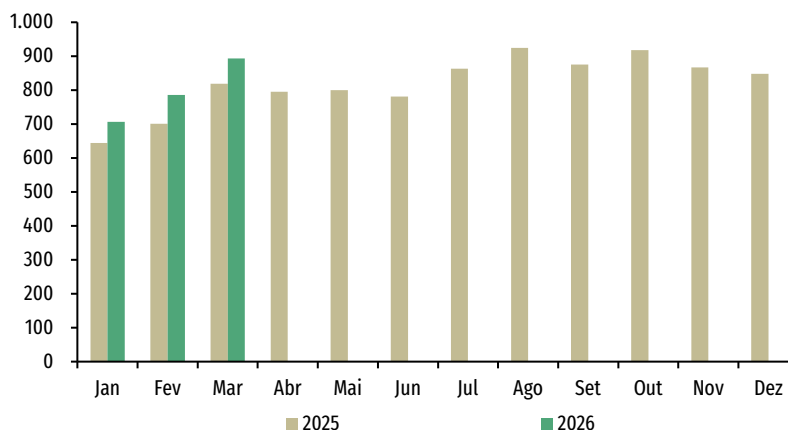
## 4. BIOCOMBUSTÍVEIS

### 4.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em março de 2026, foi de 909 mil m<sup>3</sup>, montante 9% superior ao produzido em março de 2025.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em março de 2026, foi de R\$ 6,97/ℓ, valor 10% superior ao registrado em março de 2025.

Gráfico 19 - Produção de Biodiesel (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 4.2. Álcool

#### 4.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2025/2026 produziu, até março de 2026, 36,9 milhões de m<sup>3</sup> de álcool. Desse total, 62% são referentes à produção de álcool etílico hidratado, que é o etanol comum, vendido nos postos de gasolina, enquanto o etanol anidro é aquele misturado à gasolina. A produção total de álcool foi 1% inferior em relação ao mesmo período da safra anterior.

A produção de açúcar no mesmo período foi de 43 milhões de toneladas, volume 1% inferior ao observado no mesmo período da safra 2024/2025.

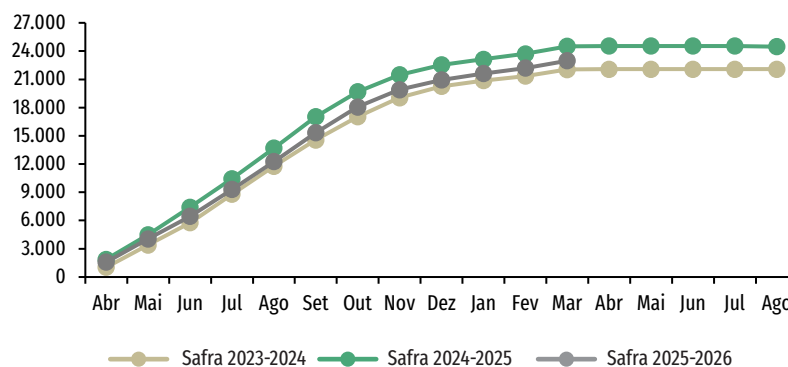
As safras se iniciam em abril e se encerram em agosto do ano posterior. Assim, durante quatro meses se observam duas safras paralelas nos diferentes estados brasileiros.

Tabela 14 - Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2024/2025 (até final de Março 2025)	Safra 2025/2026 (até final de Março 2026)	Variação (%)
Álcool Anidro (m <sup>3</sup> )	12.886.567	13.928.580	8%
Álcool Hidratado (m <sup>3</sup> )	24.521.270	22.991.343	-6%
Total Álcool (m <sup>3</sup> )	37.407.837	36.919.923	-1%
Açúcar (ton)	43.743.557	43.434.732	-1%

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Gráfico 20 - Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

#### 4.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

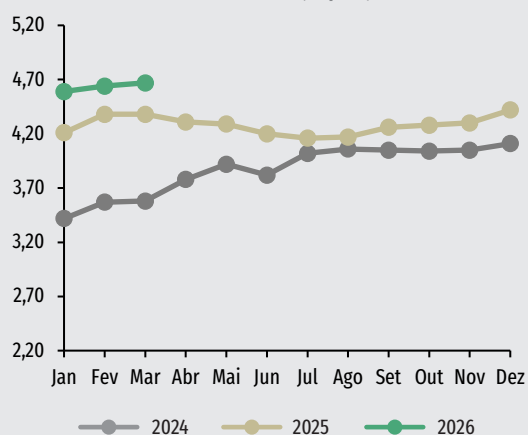
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,8 milhão de m<sup>3</sup> em março de 2026. Esse número representa um aumento de 1% em relação ao volume vendido em março do ano anterior.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 30% do universo de

vendas do álcool e da gasolina em março de 2026. Essa participação foi 2,4 pontos percentuais inferior ao observado em março do ano anterior.

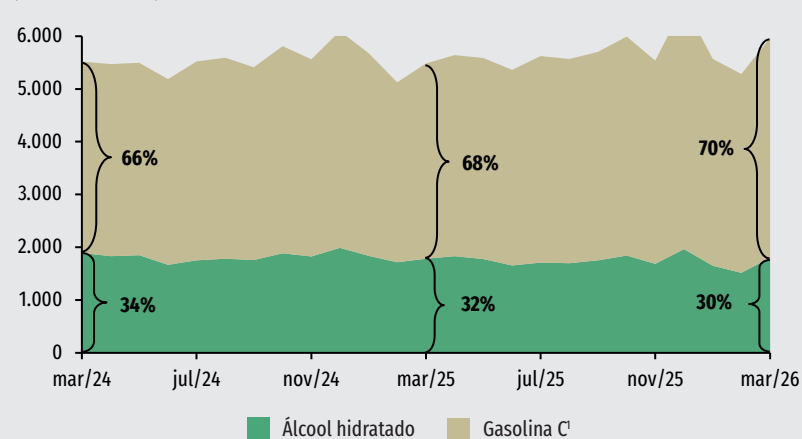
Em março de 2026, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 4,67/ℓ, valor 7% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 21 - Preço ao Consumidor de Álcool Etílico Hidratado (R\$/L)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 22 - Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C<sup>1</sup> (milhões m<sup>3</sup>)

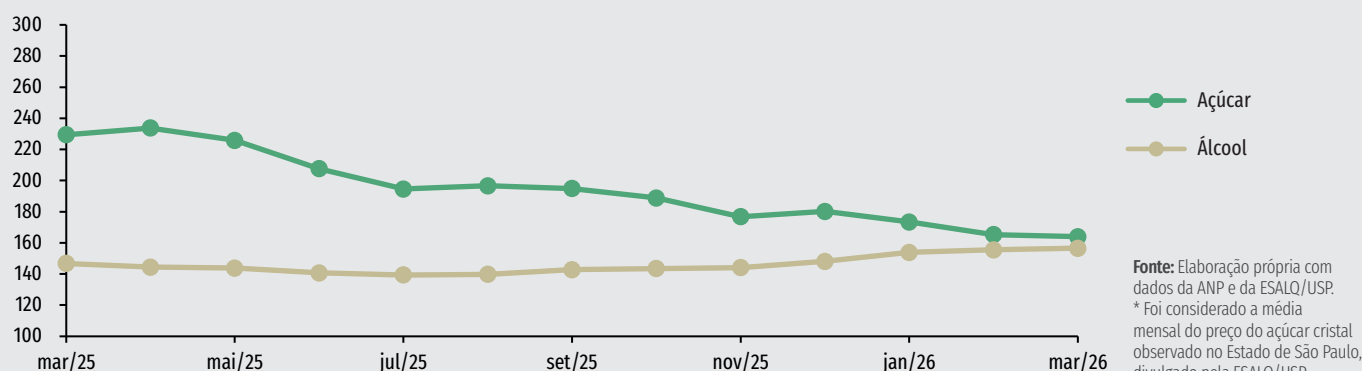


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

<sup>1</sup>Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.

Gráfico 23 - Índice de Preço do Açúcar\* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/18=100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

\* Foi considerado a média mensal do preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, divulgado pela ESALQ/USP.



## 5. GÁS NATURAL

### 5.1. Produção e Oferta Interna de Gás Natural (MME)

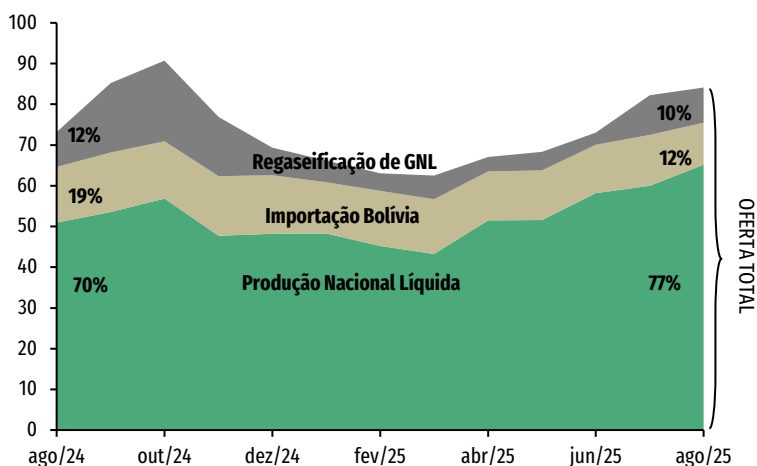
Segundo dados do MME, a produção nacional diária média de gás natural, em agosto de 2025, foi de 189 milhões m<sup>3</sup>/dia, representando um aumento de 18% comparado a agosto do ano anterior.

A importação média de Gás Natural (GN) da Bolívia, em agosto de 2025, foi de 10,3 milhões de m<sup>3</sup>/dia, volume 25% inferior ao observado no mesmo mês de 2024. A importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL), em agosto de 2025, totalizou 9 milhões m<sup>3</sup>/dia, volume 1% superior ao montante observado no mesmo mês do ano anterior.

Em agosto de 2025, a oferta total de gás natural atingiu 84,1 milhões m<sup>3</sup>/dia, valor 15% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 68,1% em agosto de 2024. Em agosto de 2025, essa proporção foi de 65,5%.

Gráfico 24 - Oferta Total de Gás Natural (milhões m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Tabela 15 - Balanço do Gás Natural no Brasil (milhões m<sup>3</sup>/dia)

	Agosto 2024	Agosto 2025	Variação % ago/2025-ago/2024
Produção Nacional <sup>1</sup>	159,7	188,9	18%
- Reinjeção	86,6	97,1	12%
- Queimas e perdas	3,6	4,9	35%
- Consumo próprio	18,6	21,8	17%
= Produção Nac. Líquida	50,9	65,2	28%
+ Importação Bolívia	13,7	10,3	-25%
+ Importação regaseificação de GNL	8,5	8,61	1%
= Oferta	73,2	84,1	15%

Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

Nota: <sup>1</sup>Não inclui Gás Natural Liquefeito.

## 5.2. Consumo de Gás Natural (MME)

O consumo de gás natural no país em agosto de 2025 foi, em média, cerca de 81 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Essa média é 16% superior ao volume médio diário consumido em agosto de 2024. O setor industrial consumiu aproximadamente 41 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, volume 4% superior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

A geração elétrica foi responsável por 39% do consumo de gás natural em agosto de 2025. O setor industrial foi responsável por 50% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

Tabela 16 - Consumo de Gás Natural por Segmento (milhões m<sup>3</sup>/dia)

	Agosto 2024	Agosto 2025	Varição % ago/2025-ago/2024
Industrial*	39,2	40,6	3,7%
Automotivo	4,5	3,9	-12%
Residencial	1,7	1,9	11%
Comercial	1,0	0,9	-3%
Geração Elétrica	21,8	31,8	46%
Co-geração*	1,1	1,3	10%
Outros	0,61	0,9	47,5%
Total	69,9	81,3	16%

Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

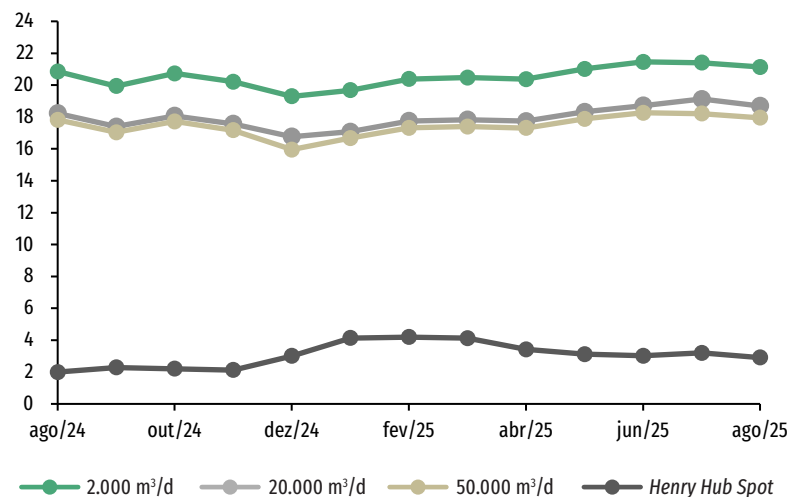
Nota: \*Inclui consumo de refinarias, fábricas de fertilizantes e uso do gás como matéria-prima.

## 5.3. Preço do Gás Natural (MME e EIA)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em agosto de 2025, foi de US\$ 19,26/MMBtu, valor 2% superior ao observado em agosto de 2024 (US\$ 18,97/MMBtu).

Em agosto de 2025, o preço médio do gás natural no mercado *spot Henry Hub* foi de US\$ 2,91/MMBtu, valor 46% superior ao apresentado em agosto de 2024. Esse preço não inclui impostos e transporte, sendo estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Gráfico 25 - Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial<sup>1</sup> e do Mercado *Spot Henry Hub*<sup>2</sup> (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Energy Information Administration (EIA).

Nota: <sup>1</sup>Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

<sup>2</sup>Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.



## 6. TELECOMUNICAÇÕES

### 6.1. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel (ANATEL)

Foram realizados 274 milhões de acessos móveis no mês de março de 2026, valor 3,6% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Desses acessos, 23% foram realizados por tecnologia 5G, 65% por tecnologia 4G, 5% por tecnologia 3G e 6,7% por tecnologia 2G.

Em março de 2026, a tecnologia 5G foi a que representou o maior crescimento em relação a março de 2025 (45%), enquanto a tecnologia 3G apresentou a maior retração (14%).

Tabela 17 - Evolução do Número de Acessos Móveis por Tecnologia (milhões)

Fonte	Março 2025	Março 2026	Variação % mar/2026-mar/2025	Variação % mar/2026
2G	19,2	18,3	-5%	7%
3G	16,8	14,5	-14%	5%
4G	184,2	177,4	-4%	65%
5G	43,8	63,3	45%	23%
Total	264,0	273,5	4%	100%

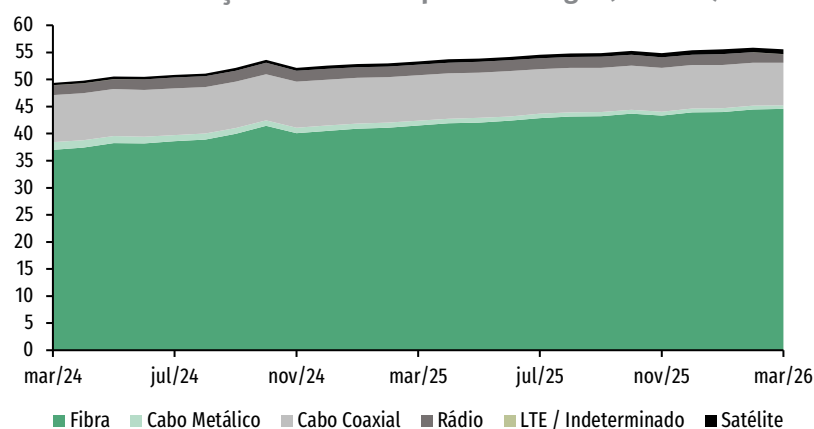
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

### 6.2. Acessos em Internet Fixa (ANATEL)

No mês de março de 2026, foram efetuados 56 milhões de acessos em internet fixa, valor 4% superior ao verificado no mesmo mês do ano anterior. Do total de acessos, 95% foram realizados em velocidade superior a 34 Mbps, o que representa um crescimento de 7% em relação aos acessos realizados em março de 2025 nessa mesma faixa.

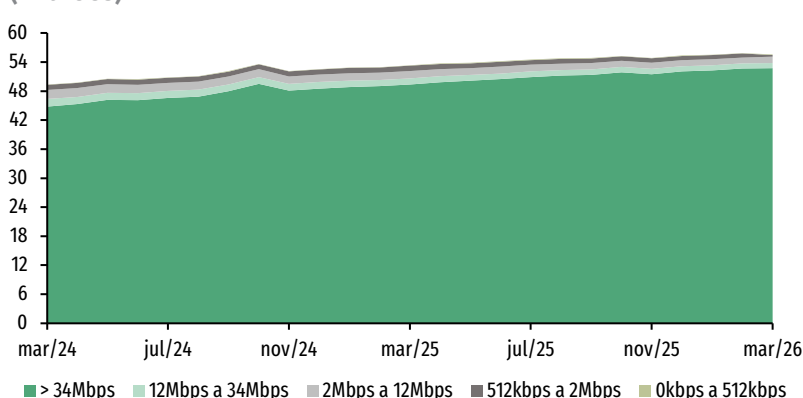
O aumento dos acessos em alta velocidade acompanha o crescimento da utilização da fibra óptica, que aumentou 7% com relação ao mesmo período do ano anterior. A fibra óptica é a tecnologia com maior número de acessos no Brasil, abrangendo 80% do mercado.

Gráfico 26 - Evolução dos Acessos por Tecnologia (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Gráfico 27 - Evolução de Acessos por Faixa de Velocidade (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



## 7. TRANSPORTES

### 7.1. Portos Seleccionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

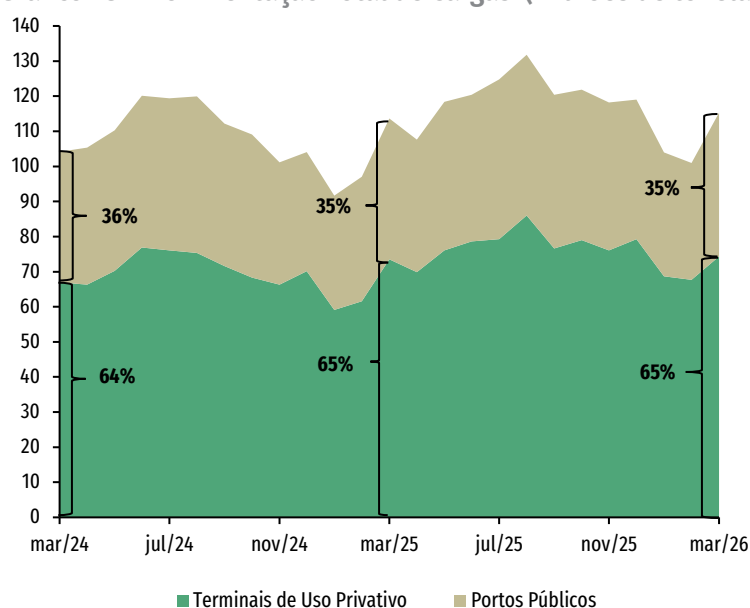
#### 7.1.1 Movimentação de cargas

Em março de 2026, o total de cargas movimentadas nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi de 115 milhões de toneladas, volume 1% superior ao do mesmo mês de 2024.

Os TUPs representaram 65% da movimentação total de cargas nos portos e terminais em março de 2026. A movimentação total nos TUPs foi de 74 milhões de toneladas, volume 1% superior ao observado no mesmo mês de 2025. Os portos públicos movimentaram 41 milhões de toneladas, volume 2% superior ao registrado no mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país, em março de 2026, foi de 1256 mil *TEUs* (*twenty-foot equivalent unit*), volume 3% superior ao mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 28 - Movimentação Total de Cargas (milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Tabela 18 - Movimentação Total de Cargas - por Natureza (mil toneladas)

	Março 2025	Março 2026	Variação % mar/2026-mar/2025
Granel Sólido (a)	67.841	68.865	2%
Portos Públicos	24.587	25.205	3%
TUPs	43.253	43.660	1%
Granel Líquido e Gasoso (b)	27.519	27.748	1%
Portos Públicos	4.827	4.981	3%
TUPs	22.692	22.767	0%
Carga Geral (c)	5.663	5.650	0%
Portos Públicos	2.618	2.393	-9%
TUPs	3.045	3.257	7%
Carga Containerizada (d)	12.655	13.024	3%
Portos Públicos	8.108	8.330	3%
TUPs	4.547	4.694	3%
Total (a+b+c+d)	113.679	115.287	1,4%
Portos Públicos	40.141	40.909	2%
TUPs	73.538	74.378	1%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

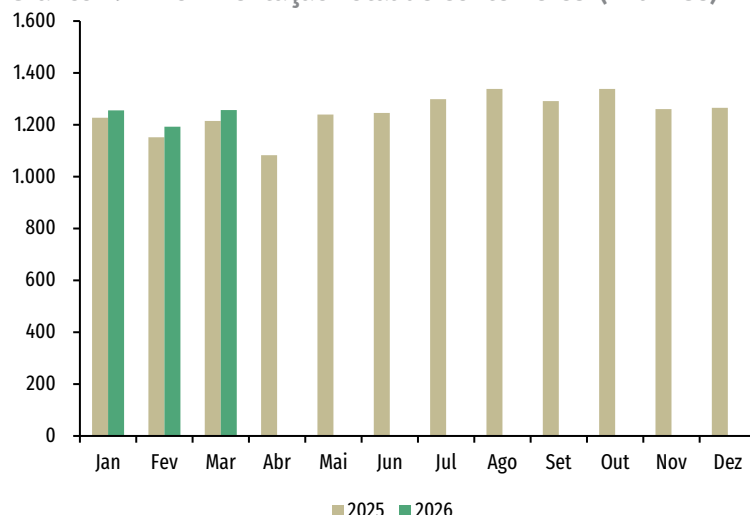
Em março de 2026, a navegação de longo curso representou 71% da movimentação total de cargas, seguida pela navegação de cabotagem (21%), de interior (8%) e de apoio marítimo e portuário (menos de 1%).

Na navegação de cabotagem, foram movimentadas 25 milhões de toneladas, valor 1% superior ao observado em março de 2025.

Os portos privados corresponderam por 75% das cargas movimentadas, totalizando 19 milhões de toneladas em março. Os portos públicos movimentaram 6 milhões de toneladas, 25% da movimentação total.

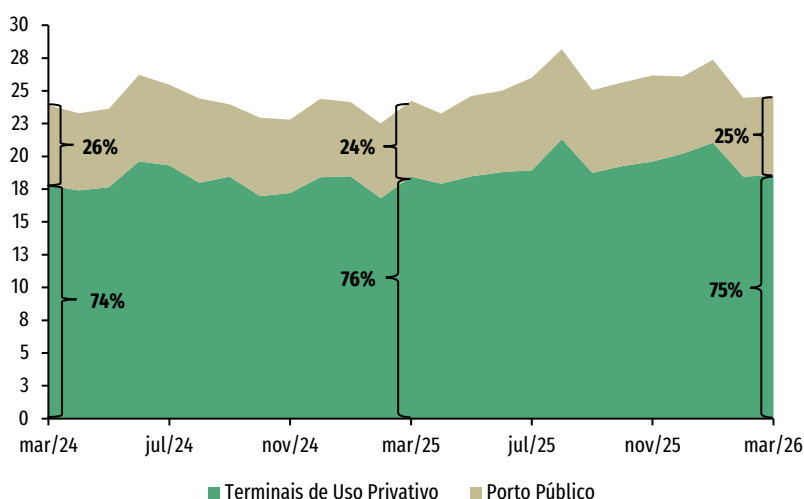
As principais cargas movimentadas, em toneladas, foram os graneis líquidos e gasosos (18,2 milhões ton), seguidos pelos graneis sólidos (4,1 milhões ton), pelas cargas containerizadas (4,0 milhões ton) e pela carga geral (1,1 milhões ton).

Gráfico 29 - Movimentação Total de Contêineres (mil TEUs)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Gráfico 30 - Movimentação Total de Cargas na Navegação de Cabotagem (milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Tabela 19 - Movimentação Total de Cargas na Navegação de Cabotagem - por Natureza (mil toneladas)

	Março 2025	Março 2026	Variação % mar/2026-mar/2025
Granel Sólido (a)	3.354	3.461	3%
Granel Líquido e Gasoso (b)	15.912	15.984	0%
Carga Geral (c)	1.052	990	-6%
Carga Containerizada (d)	3.931	4.177	6%
Total (a+b+c+d)	24.249	24.612	1,5%

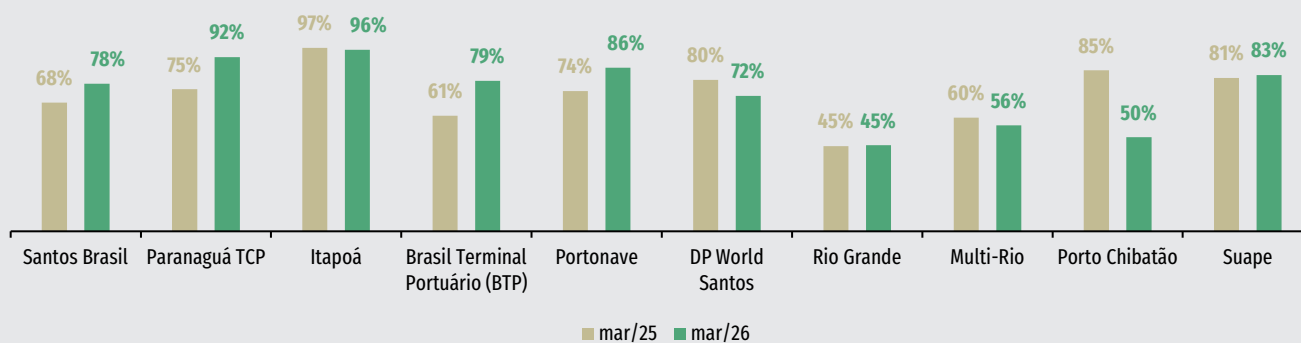
Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

## 7.1.2. Capacidade utilizada nos terminais de contêineres

Em março de 2026, dentre os dez terminais mais movimentados, os

terminais de contêineres de Itapoá foi o que apresentou o maior nível de utilização, com 96% da ocupação.

Gráfico 31 - Utilização dos principais terminais de contêineres do Brasil em Março (%)



Fonte: SOLVE Shipping.

## 7.1.3. Cancelamentos, omissões e atrasos nos terminais de contêineres

Das 1576 operações de contêiner previstas na navegação de longo curso de janeiro a março de 2026, foram contabilizados 354 casos de omissões ou cancelamentos (22% do total).

O terminal Paranaguá TCP foi o que apresentou o maior número de problemas (60), seguido por Santos Brasil (57) e Rio Grande (32).

Tabela 20 - Cancelamentos e omissões nas principais instalações que movimentam contêineres (mar/26)

Instalação portuária	Atrasos	Operações previstas	Percentual em relação ao previsto
Brasil Terminal Portuário (BTP)	27	179	15%
Multi-Rio	27	116	23%
Paranaguá TCP	60	267	22%
Rio Grande	32	125	26%
DP World Santos	12	101	12%
Itapoá	31	141	22%
Portonave	22	89	25%
Santos Brasil	57	191	30%
Pecém	13	46	28%
Suape	2	27	7%
Outros	71	294	24%
<b>Brasil</b>	<b>354</b>	<b>1.576</b>	<b>22%</b>

Fonte: SOLVE Shipping.

Em relação à pontualidade das movimentações nessas infraestruturas, de janeiro a março de 2026, foram 529

casos de atraso, o que representa 34% do total. Nesse período, a instalação que apresentou o maior número de operações não pontuais foi o Paranaguá TCP com 94 registros de atraso.

Tabela 21 - Atrasos nas principais instalações que movimentam contêineres (mar/26)

Instalação portuária	Atrasos	Operações previstas	Percentual em relação ao previsto
Paranaguá TCP	94	267	35%
Brasil Terminal Portuário (BTP)	88	179	49%
Santos Brasil	40	191	21%
Portonave	53	89	60%
DP World Santos	31	101	31%
Multi-Rio	46	116	40%
Itapoá	35	141	25%
Rio Grande	37	125	30%
Suape	9	27	33%
Pecém	4	46	9%
Outros	92	294	31%
<b>Brasil</b>	<b>529</b>	<b>1.576</b>	<b>34%</b>

Fonte: SOLVE Shipping.

Nota: O Porto de Chibatão (AM) não conta com essas estatísticas e foi substituído pelo Porto de Pecém (CE), que foi o 11º colocado em termos de movimentação de contêineres entre janeiro e abril de 2025 no país.

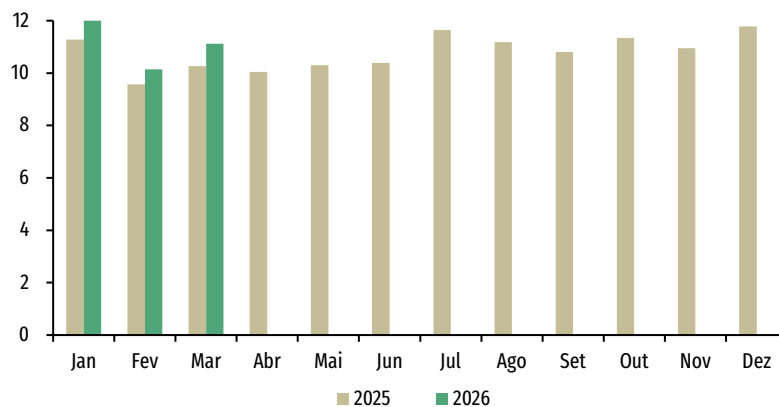
De janeiro a março de 2026, 56% dos embarques previstos nos terminais de contêineres do país sofreram atrasos, omissões ou cancelamentos.

## 7.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em março de 2026, somando mercado nacional e internacional, foi de 11,1 milhões de passageiros, valor 8% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representaram 77% da movimentação total em março de 2026.

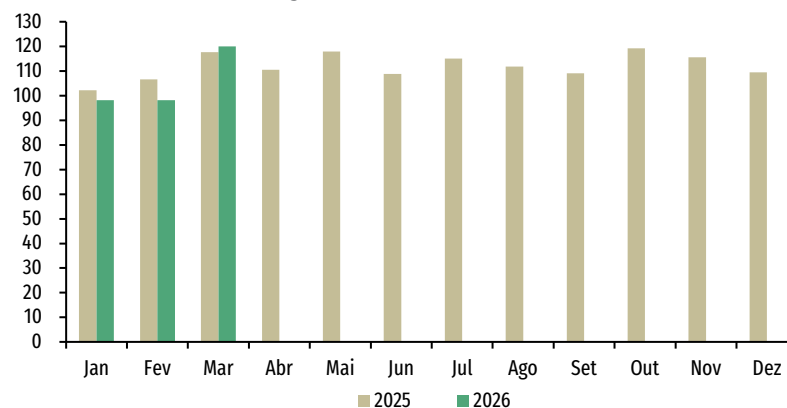
A movimentação de carga aérea total no país, em março de 2026, somando mercado nacional e internacional, foi de 120 mil toneladas, montante 2% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 34% do total de cargas movimentadas no período.

Gráfico 32 - Movimentação Mensal de Passageiros (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Gráfico 33 - Movimentação Mensal de Cargas (mil toneladas)

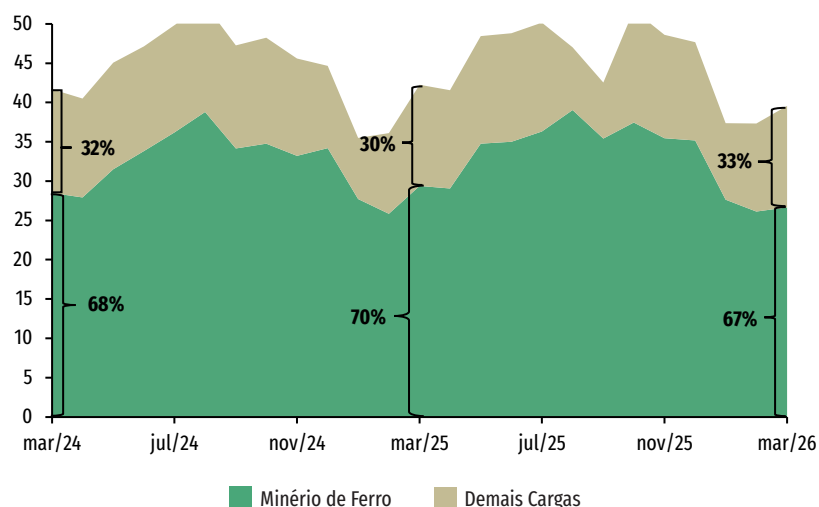


Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

### 7.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em março de 2026, foi de 40 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 6,4% inferior ao observado no mesmo mês de 2025. A movimentação de cobre foi a que apresentou maior crescimento (33%). O minério de ferro correspondeu a 67% do total movimentado em março de 2026.

Gráfico 34 - Movimentação de Minério de Ferro e Demais Cargas (milhões TU)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

Tabela 22 - Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias (mil TU)

Mercadorias	Março 2025	Março 2026	Varição % mar/2026-mar/2025
Minério de Ferro	29.396	26.658	-9%
Soja	5.522	5.966	8%
Farelo de Soja	947	934	-1%
Celulose	1.189	925	-22%
Produtos Siderúrgicos	956	805	-16%
Cobre	518	687	33%
Carvão Mineral	512	502	-2%
Açúcar	563	395	-30%
Óleo Diesel	341	362	6%
Demais Produtos	2.323	2.314	0%
Total	42.266	39.550	-6,4%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

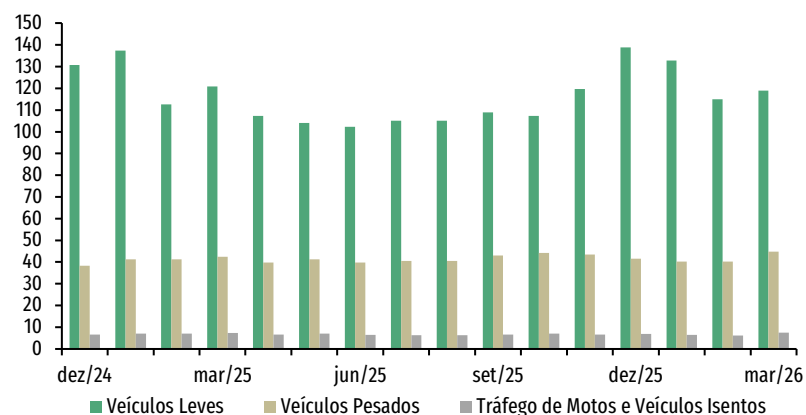
## 7.4. Tráfego Rodoviário Pedagiado (ABCR)

Em março de 2026, a movimentação em rodovias federais e estaduais pedagiadas foi de 171 milhões de veículos, valor 0% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os veículos leves representaram 69% da movimentação total, seguido pelos veículos pesados (26%) e motos (2%). O tráfego isento em rodovias pedagiadas somou 5 milhões de veículos, o que representa 3% do total.

O tráfego de veículos pesados em março de 2026 foi de 44,8 milhões de veículos, equivalente à 26% de todo o tráfego pedagiado. Esse valor foi 6% superior ao observado no mesmo mês no ano anterior. O tráfego pedagiado de veículos leves foi de 119 milhões de veículos, valor 1% inferior ao verificado em março de 2025.

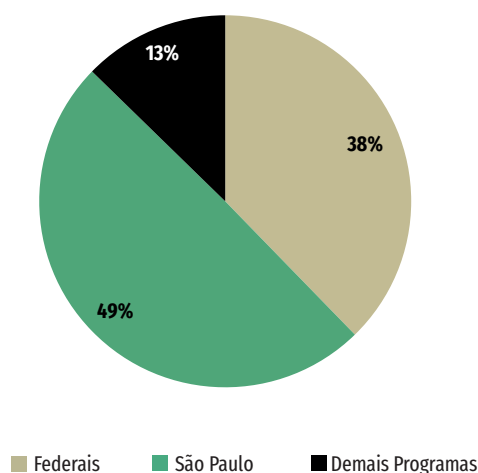
A avaliação por tipo de gestão das rodovias revela que o tráfego em rodovias federais pedagiadas foi de 65 milhões, valor 1% superior ao observado em março de 2025. Em relação às rodovias estaduais pedagiadas, o tráfego foi de 106,7 milhões, valor 0% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Desse total, trafegaram nas rodovias do estado de São Paulo 85,0 milhões de veículos, e em outros estados, 21,8 milhões.

Gráfico 35 - Movimentação em Rodovias Pedagiadas (milhões de veículos)



Fonte: Elaboração própria com dados da ABCR.

Gráfico 36 - Participação por Tipo de Gestão no Tráfego Rodoviário Pedagiado em Março de 2026 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da ABCR.

Tabela 23 - Tráfego de Veículos em Rodovias Pedagiadas (milhões de veículos)

Classe	Março 2025	Março 2026	Variação % mar/2026-mar/2025
Veículos leves	120,8	119,0	-1,5%
Veículos pesados	42,5	44,8	5,6%
Motos	3,0	2,8	-8,6%
Tráfego isento	4,3	4,8	11,2%
Tráfego total	170,6	171,4	0,5%

Fonte: Elaboração Própria com dados da ABCR.

## 7.5. Acidentes em Rodovias Federais (PRF)

**Tabela 24 - Evolução dos Acidentes em Rodovias Federais - por Trechos Rodoviários (acumulado até Março de cada ano)**

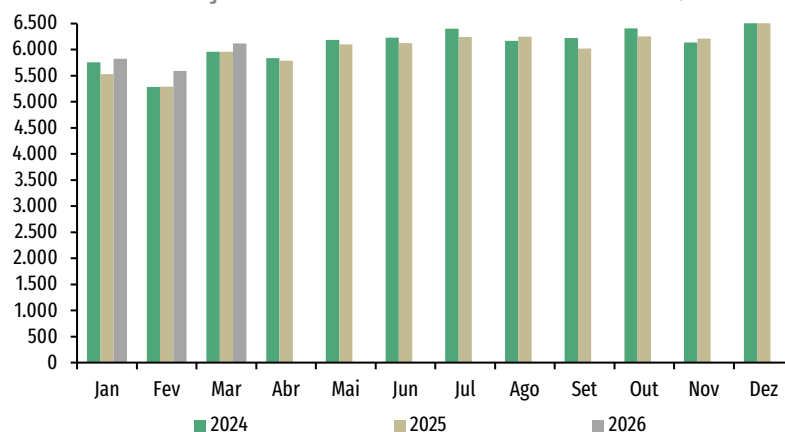
BR/UF	2025	2026	Varição (2026/2025)
SC-101	987	1.066	8%
SP-116	738	742	1%
MG-381	654	737	13%
RJ-101	591	600	2%
PR-277	506	553	9%
ES-101	464	458	-1%
MG-40	450	455	1%
RJ-116	413	406	-2%
PR-376	395	444	12%
PB-230	323	281	-13%
RS-116	313	290	-7%
SC-282	311	400	29%
MG-116	308	321	4%
RS-290	257	169	-34%
SC-470	246	270	10%
MT-163	245	227	-7%
MG-262	244	239	-2,0%
PE-101	242	354	46%
BA-101	239	229	-4%
Demais Trechos	8.848	9.291	5%
<b>Total</b>	<b>16.774</b>	<b>17.532</b>	<b>5%</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

Em março de 2026, foram registrados 6.119 acidentes nas rodovias federais brasileiras, segundo dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O total de acidentes é 3% superior ao mesmo mês de 2025 e 3% superior ao verificado em março de 2024.

Os trechos das rodovias federais que mais concentraram acidentes entre janeiro e março de 2026 foram os da BR 101/SC (1066 acidentes), BR 116/SP (742 acidentes) e BR 381/MG (737 acidentes).

**Gráfico 37 - Evolução dos Acidentes em Rodovias Federais (total mensal)**



Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

## 7.6. Preço ao Consumidor da Gasolina Comum e Óleo Diesel (ANP)

O preço médio da gasolina comum, em março de 2026, foi de R\$ 6,59/L, valor 4% superior ao observado em março de 2025 (R\$ 6,34/L).

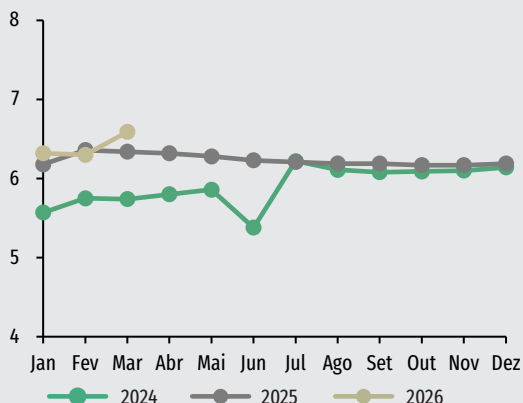
De acordo com os últimos dados divulgados pela ANP, relacionados à composição e estruturas de formação de preços, referentes a março de 2026, os tributos federais corresponderam a 10% do preço da gasolina comum, valor 1 ponto percentual (p.p.) inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. Os tributos estaduais representaram 23% do preço, uma diminuição de 0 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. As

margens de distribuição mais revenda apresentaram um aumento de 0 p.p. no período.

Já o preço médio do óleo diesel, em março de 2026, foi de R\$ 6,97/L, valor 10% superior ao observado em março de 2025 (R\$ 6,35/L).

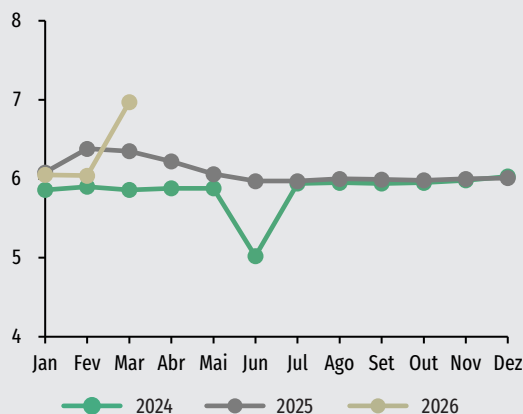
Segundo as informações mais recentes, disponibilizadas pela ANP, relacionadas à composição e estruturas de formação de preços, referentes a março de 2026, os tributos federais corresponderam a 0% do preço do óleo diesel, valor 5 pontos percentuais (p.p.) inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. Os tributos estaduais representaram 16% do preço, uma diminuição de 2 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. As margens de distribuição mais revenda apresentaram uma queda de 1 p.p. no período.

Gráfico 38 - Preço Médio ao Consumidor da Gasolina Comum (R\$/L)



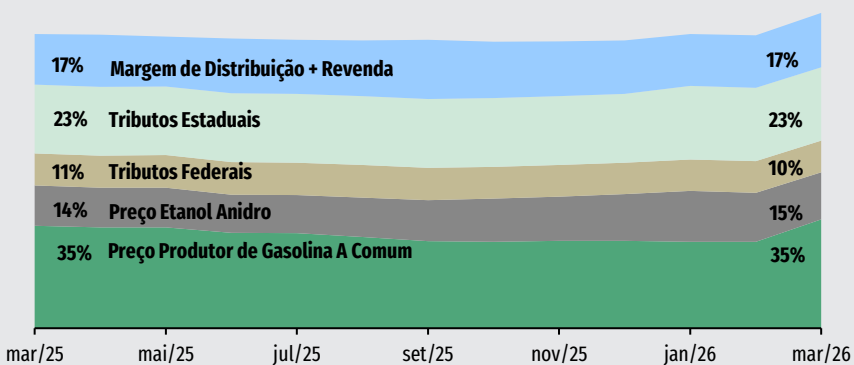
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 40 - Preço Médio ao Consumidor do Óleo Diesel (R\$/L)



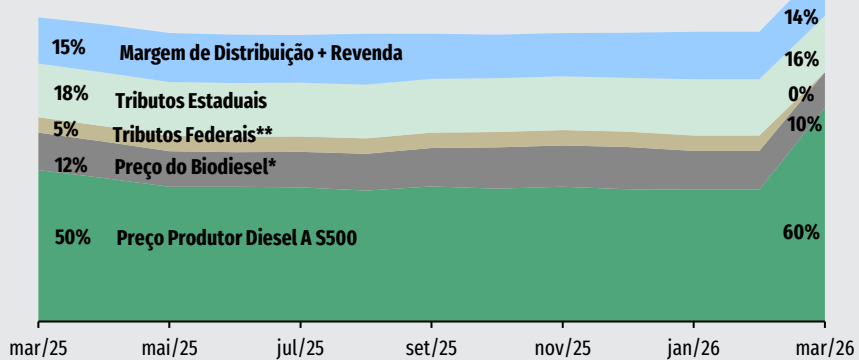
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 39 - Evolução da Composição do Preço Médio ao Consumidor da Gasolina Comum



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 41 - Evolução da Composição do Preço Médio ao Consumidor do Óleo Diesel



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Nota: \*Preço do biodiesel com frete e tributos.

\*\*Conforme fim da medida provisória do Governo Federal, houve reoneração dos tributos federais a partir de 01/01/2024.



Mais informações sobre a infraestrutura e a indústria brasileira em: [www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/infraestrutura/](http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/infraestrutura/)

